

Habitação no Brasil:

Uma Introdução à Literatura Recente * / *Licia do Prado Valladares* *Ademir Figueiredo*

Introdução

Esta resenha se pretende um guia dos estudos sobre a habitação no Brasil, tendo por objetivo dar ao leitor uma visão geral da produção acadêmica na área, além de indicar os principais tópicos de interesse dos estudiosos da questão habitacional no país. Foi essencialmente levantada a bibliografia publicada a partir de 1970, tendo em vista não apenas o volume de textos já existentes mas, sobretudo, o fato de que foi nesta década que se consolidou um campo específico dos estudos da habitação neste país.

A bibliografia apresentada não se pretende exaustiva, apesar de reunir um volume considerável de títulos produzidos principalmente por cientistas sociais. Foi descartada a literatura ligada a aspectos nitidamente arquitetônicos (tecnologia da habitação, desenho e projetos de arquitetura), bem como aquela referente à indústria de construção civil que, por si só, justificariam trabalhos à parte.

Na elaboração deste trabalho sistematizou-se a bibliografia a partir de temáticas ou sub-áreas que foram gradativamente se constituindo como campos de interesse. O material analisado foi dividido em sete itens:¹ 1. favela; 2. a ação governamental no campo da habitação; 3. periferia: loteamentos e autoconstrução; 4. moradia e trabalho; 5. uso do solo; 6. movimentos sociais urbanos ligados à questão da habitação; e 7. textos de natureza geral.

Esta evolução temática não foi de modo algum acidental. Antes de tudo pode-se dizer que o desenvolvimento deste campo de estudos acompanhou paralelamente o aguçamento da crise habitacional no Brasil. A partir dos anos 60 não só cresce vertiginosamente a população urbana do país (segundo o censo de 70 a população urbana já atinge 56%), como ganha maior visibilidade a questão da moradia, pela multipli-

cação de áreas de tipo favela, mocambos, alagados, etc., nas principais capitais. Coincide com esta época o grande interesse despertado pelo tema da favela e os estudos pioneiros realizados sobre o assunto (SAGMACS, 1960; Medina, 1964; Machado da Silva, 1967; Parisse, 1969; Leeds, 1969). Posteriormente, quando da criação do Banco Nacional da Habitação e de sua intervenção sistemática e abrangente na questão habitacional, passou-se a analisar de maneira sobretudo crítica a ação e os programas que este Banco vem desenvolvendo (Grabois, 1973; Souza, 1974; Valladares, 1976, 1978; Bollaffi, 1975, 1977; Azevedo, 1975, 1979; Andrade, 1976). Mais recentemente, as atenções voltaram-se para a análise das periferias das regiões metropolitanas e o processo de autoconstrução de moradias que aí vem ocorrendo, tendo em vista o fenômeno de "periferização" que desde as últimas décadas vem gerando, em escala e velocidade sem precedentes, a reprodução das franjas urbanas nas grandes metrópoles do país (Maricato, 1976; Santos, 1977, 1980; Bonduki & Rolnik, 1979). Por sua vez, nos últimos anos, questões como a renda da terra e o uso do solo urbano passaram a ser apontadas como fundamentais para a compreensão e formulação da política habitacional, em particular, e de uma política urbana, em geral (Vetter, 1975; Santos & Bronstein, 1978; Singer, 1979; Lefevre, 1979). Finalmente surgiram com temas a investigar: as relações entre a moradia e o trabalho — notadamente a partir do estudo de vilas operárias no Nordeste e em São Paulo (Lopes, 1976, 1979; Blay, 1978, 1980); e ainda, as lutas e conflitos urbanos centrados na questão da moradia, que assumem a forma de movimentos sociais (Santos, 1977; Moisés, 1978; Gohn, 1979; Singer, 1980).

Se por um lado esta evolução temática obedeceu a mudanças que vêm ocorrendo no cenário político e urbano brasileiro, por outro nota-

(*) Queremos aqui registrar nossos agradecimentos a Suzana Pasternak Taschner, Ermínia Maricato e Álvaro Pessoa pela colaboração prestada na indicação de material.

1. Na bibliografia em anexo, cada um desses itens reúne os trabalhos mais diretamente relacionados com a respectiva sub-área, o que não significa que o conteúdo de cada trabalho seja restrito ao item em que foi classificado.

se a influência decisiva, no campo de estudos da habitação, de marcos teóricos que estão presentes no pensamento sociológico latino-americano nos anos 60-70. Os estudos sobre favela, por exemplo, brotaram num tempo em que a chamada "teoria da marginalidade" estava em voga na América Latina, centrando-se as discussões em torno da integração *versus* não-integração das camadas mais baixas da população urbana, principalmente em relação a dois eixos: o desemprego urbano e as favelas (Machado da Silva & Ziccardi, 1980: 80-81). Mais evidente em alguns autores, menos nítida em outros, a marca da teoria da marginalidade vai, entretanto, aparecer em quase toda a produção das ciências sociais sobre a habitação no início da década de 70.

Num segundo momento, quando da própria superação da teoria da marginalidade por autores que transformam a questão "na problemática dos graus e formas de exploração da força de trabalho, a partir da discussão entre diferentes tipos de organização social da produção (...)" (Machado da Silva & Ziccardi, 1980: 81), é a influência da teoria da acumulação capitalista que se faz presente. A linha de pesquisas que se inaugura sobre a periferia urbana, seus loteamentos populares e o processo de autoconstrução de moradias, por exemplo, já surge sob a égide deste novo marco teórico.

Finalmente, vale salientar que também vem influenciando decisivamente na formulação de um quadro teórico que inspira os estudos sobre a habitação no Brasil, a "nova" sociologia urbana europeia de tendência nitidamente marxista. Na vertente da teoria da acumulação, autores como Castells e Lojkine² vêm desenvolvendo, sobretudo na França, trabalhos sobre o papel do Estado na urbanização capitalista e, assim, alimentando em nosso país o debate sobre a relação entre o Estado, a habitação e as condições de reprodução da força de trabalho.

Visando sintetizar a vasta literatura reunida nesta resenha, analisar-se-á separadamente os itens: favela; a ação governamental no campo da habitação; periferia; loteamentos e autoconstrução; moradia e trabalho. Não serão objeto de reflexão os itens uso do solo e movimentos sociais urbanos ligados à questão da habitação, que entretanto constam da bibliografia final como uma indicação para o leitor. Estas temáticas não se relacionam de forma tão direta quanto as demais, com a questão habitacional,

tendo sido o tema dos movimentos sociais urbanos alvo de uma recente resenha no *BIB* n.º 9 (Jacobi, 1980).

1. Favela

Quando, na década de 60, se formou em torno do tema da favela o primeiro núcleo de trabalhos sobre habitação no Brasil, não só a favela era tida como o próprio reduto habitacional da pobreza urbana como estava em voga nos meios acadêmicos e políticos a teoria da marginalidade social. Ligada ao surgimento e desenvolvimento de "bairros marginais" nas principais cidades latino-americanas, a marginalidade urbana apresentava-se em sua versão inicial enquanto uma problemática físico-ecológica. Era, então, sinônimo de "favela", "mocambo", "barriada", "ranchos", etc. Num segundo momento, esta abordagem é superada: "do habitat passa-se à maneira de viver e para uma situação de vida. Baixo nível de renda e educação, subemprego e desemprego, desorganização familiar, anomia, falta de participação social foram entre muitos outros, traços associados a estes grupos" (Kowarick, 1975-14). Tendo-se ampliado o leque de questões e enfoques, a associação entre marginalidade e precariedade habitacional soube, entretanto, subsistir, a ponto de sustentar uma ideologia que teve longa vigência na América Latina e no Brasil sob a forma de distintas políticas habitacionais: "A marginalidade era compreendida como algo a ser erradicado materialmente, um sintoma que teria uma cura simples: remoção de favelas e construção financiada pelo governo de moradias adequadas de baixo custo" (Perlman, 1977: 138).

A bibliografia sobre favela abrange hoje um número considerável de trabalhos, que se centraram inicialmente sobre a favela carioca (Salmen, 1970; Parisse, 1970; Boschi, 1971; Nunes, 1976; Perlman, 1974, 1977; Santos, 1977, 1978; Valladares, 1977, 1978; Leeds & Leeds, 1978; Valla, 1979). Não foi por acaso que os primeiros estudos começaram no Rio: despondo na paisagem urbana desde o final do século passado, as favelas, já em 1948, atingiam o número de 105, representando, em 1950, 6,7% da população total; em 1960 esta percentagem sobe para 9,3%, chegando em 1970 a 13%. Estimativas mais recentes apontam a existência, em 1979, de 375 favelas e uma popula-

2. A influência destes autores é conhecida sobretudo através dos seguintes textos: Manuel Castells, *La Cuestión Urbana*. Madri, Siglo Veintiuno de España Eds, 1974. Jean Lojkine, *Le Marxisme, l'Etat et la Question Urbaine*, Paris, PUF, 1977.

ção favelada em torno de 1 milhão e 500 mil, o que equivale dizer que um em cada quatro habitantes do Rio seria, hoje, favelado.

Vale ressaltar que na década de 70 começaram a surgir estudos em outras cidades, *pari passu* com a própria importância que o fenômeno de favelização foi aí adquirindo. São Paulo, por exemplo, já conta hoje com uma razoável bibliografia sobre o assunto (PMSP/Secretaria de Bem-Estar Social, 1974; Ferreira, 1977; Pasternak Taschner, 1978; Niemeyer, 1979; IPT/FUPAM, 1979; Kowarick, 1980). Mostram os autores que em São Paulo, ao contrário do Rio, as favelas são de origem recente e seus moradores sempre representaram um contingente pouco numeroso, sobretudo se comparado com a população vivendo em cortiços e loteamentos de periferia. Em 1958, os favelados não eram mais que 1,3% dos habitantes da capital paulista e em 1975 atingiam 1,6% da população do município (Pasternak Taschner, 1978: 134; Kowarick, 1980: 78). Em números absolutos contava-se, em 1975, com apenas 117 mil favelados contra 615 mil moradores de cortiços e 1,8 milhões de indivíduos morando em “casas precárias” da periferia (Kowarick, 1980: 38 e 78). Estimativas mais recentes sugerem, porém, que a população favelada paulistana estaria em pleno processo de crescimento acelerado: em 1976 já representaria 2,5% da população municipal e, em 1978, 4,1% (IPT/FUPAM, 1979: 456).

O tema da favela já começa a ser discutido nas metrópoles nacionais de menor porte. Sobre Salvador, por exemplo, onde as chamadas “invasões” constituem uma forma “tradicional” de ocupação do solo urbano pelas camadas populares, já se dispõe de alguns trabalhos (*Cadernos do CEAS*, 1975 e 1976; Mattedi, 1979). Para Recife, onde os conflitos de terreno entre grandes proprietários e os habitantes dos “mocambos” já duram algumas décadas, se pode contar com alguns estudos (Pantoja Leite, 1977). Finalmente existem estudos esparsos sobre outras cidades: Belo Horizonte (Le Ven, s/d), Belém (Furtado, 1971 e 1974), e Brasília (Epstein, 1973).

É sensível o fato de que, apesar de serem inúmeros os trabalhos que tratam da favela, poucos são os que abordam a temática sob o ângulo especificamente habitacional. A favela, pela sua própria configuração – nítida delimitação geográfica, espaço que reúne contingentes expressivos dos setores populares urbanos – tem, na verdade, atraído muitos estudiosos que a usam como referencial sócio-espacial para a discussão dos mais variados assuntos. Assim, vêm se multiplicando estudos que recorrem à

favela e sua população para discutir temas como: as representações e a ideologia da classe trabalhadora; seus padrões e hábitos alimentares; o mercado de trabalho e a pequena produção independente; o comportamento político dos moradores; a mulher favelada, etc.

Para efeitos desta resenha os trabalhos com esse teor não serão discutidos, sendo considerados apenas os textos que vêem a favela do ângulo da problemática habitacional, centrando-se em três tópicos: a) o processo de ocupação; b) características e significado da moradia na favela; e c) alternativas de intervenção governamental.

a) *O Processo de Ocupação*

O que distingue a favela de outros locais de moradia é, sobretudo, a natureza da ocupação. Invasão de “terra alheia”, apropriação “indevida” de vazios urbanos, a favela constitui-se numa forma “ilegal” de ocupação do solo já que esta, de uma maneira geral, “não se baseia nem na propriedade da terra, nem em seu aluguel aos proprietários legais” (Leeds & Leeds, 1978: 151-152). Dados sobre a propriedade dos terrenos onde se localizam as favelas no Rio são expressivos: segundo levantamento efetuado em 1964, 23% das áreas faveladas pertenciam ao governo federal, 27% aos governos estaduais (Guanabara e Estado do Rio), 44% eram de propriedade privada, ocorrendo, ainda, 6% de favelas em terrenos de propriedade duvidosa ou desconhecida (Valladares, 1978: 31). Em São Paulo, dados de 1974 revelam que 55,9% dos aglomerados situam-se em terrenos de propriedade particular, 37,1% em áreas do poder público municipal e 6,6% em terrenos pertencentes seja ao poder público federal ou estadual (PMSP/Secretaria de Bem-Estar Social, 1974: 35).

Uma questão pertinente diz respeito à origem da ocupação das favelas. Resultaram estas ou não de uma ação coletiva planejada? Como se dá a apropriação da terra pelos invasores? Estudos realizados em diferentes cidades sugerem que, no caso brasileiro, a ocupação das áreas pode se dar sob diferentes formatos. No Rio de Janeiro, por exemplo, o padrão tem sido a invasão gradual, ou/e a ocupação promovida pelos próprios proprietários e também por cabos eleitorais e políticos (Valladares, 1978: 14). Já em Salvador, as invasões obedecem a outro padrão: as mais antigas (dos anos 40) resultaram de verdadeiros movimentos coletivos, mobilizando várias centenas de pessoas (Mattedi, 1979: 145). No caso de São Paulo, os processos de invasão são diversos, não se sabendo “se tem prevalecido uma invasão gradual de terras deso-

cupadas ou, como acontece noutros lugares da América Latina, essa invasão é organizada, programada e implementada por uma junta de organizadores (IPT/FUPAM, 1979: 459). Em Belém distinguem-se duas formas de "grilagem": a "grilagem direta", sem intervenção de terceiros; e a "grilagem indireta", quando o grileiro não invade, mas compra ou aluga um barraco já existente (Furtado, 1971: 10-11).

A regulação dos padrões de ocupação, é tema pouco discutido na literatura, apesar de sua fundamental importância para o entendimento dos mecanismos de ocupação e crescimento destas áreas. Dispõe-se, apenas, do trabalho de Souza Santos (1977) que estudou o sistema informal e não-oficial de legalidade numa favela do Rio de Janeiro. A partir da análise de uma série de disputas referentes à compra e venda de barracos, mediadas pela Associação de Moradores, o autor sugere a existência de um tipo de justiça popular que se contrapõe à "lei do asfalto".

b) Características e significado da moradia na favela

O significado da moradia na favela é um dos aspectos ressaltados na literatura. A partir da influência marcante do arquiteto John Turner,³ alguns autores caracterizaram a favela como uma "solução" e não como um problema, salientando sua funcionalidade, envolvendo aspectos tais como: localização, não pagamento de aluguel, economia de gastos com transporte, criatividade arquitetônica, etc. (Parisse, 1970: 78-81; Perlman, 1977: 236-237). Numa perspectiva mais ampla, outros autores vêem a favela como sendo uma das alternativas habitacionais que se colocam para as camadas populares. Para Leeds & Leeds (1978: 147-154) há um leque de escolhas de tipos de moradia que "são analiticamente equivalentes, mas não o são como possibilidades reais" na medida em que as escolhas refletem não apenas mudanças das unidades familiares como também condições externas (flutuações de mercado de trabalho, mudanças na política relativa à favela, etc). Neste sentido, a favela seria uma solução apenas num dado momento da estratégia de vida dos grupos familiares.

Estudos recentes realizados em São Paulo e no Rio, discutem o lugar que a favela ocupa na trajetória habitacional das famílias de baixa

renda. Contrariamente à uma visão corrente de que a favela seria um estágio no percurso do migrante, uma espécie de "trampolim", constatou-se em São Paulo, que a favela seria o resultado de uma trajetória onde já houve melhores níveis de vida (Kowarick, 1980: 94). Dados coletados revelam que "um contingente de 41% de favelados migrantes que usufruíram de situação diversa da atual durante algum tempo, chegaram à favela por um processo de filtração descendente" (Pasternak Taschner, 1978: 135). Já no caso do Rio verificou-se que a favela pode ser tanto o início como o fim de uma mesma trajetória. Valladares, ao analisar as remoções aí ocorridas, constatou que o favelado removido, mais cedo ou mais tarde, "levado pelas mais diversas contingências, tendia a deixar o conjunto habitacional, seja voluntária, seja compulsoriamente. Voltava então para a favela, ou se instalava na periferia do Grande Rio, em pequenos lotes de áreas semi-urbanizadas. Fechava-se assim um círculo vicioso: da favela ao conjunto habitacional e de volta à favela. Nesse trajeto, o conjunto habitacional representava uma área de passagem, uma área de trânsito" (Valladares, 1978: 17).

c) Alternativas de intervenção governamental

Grande parte da literatura sobre favela dedica-se a analisar e historiar a evolução da política do Estado com relação a estas áreas (SAGMACS, 1960; Parisse, 1969; Grabois, 1973; Perlman, 1977; Leeds & Leeds, 1978; Valladares, 1978; Portes, 1978; Valla *et alli*, 1979). Estes estudos referem-se em sua quase totalidade ao caso do Rio de Janeiro onde, mais que em qualquer outro ponto do país, as favelas têm sido objeto de uma série de intervenções.

Ao longo do tempo definiram-se duas propostas básicas de atuação em favelas: a) o desfavelamento ou a remoção, implicando na transferência de moradores para outras áreas e visando a extinção das favelas do espaço urbano; b) a urbanização das favelas, prevendo a permanência dos moradores na área e a introdução de melhorias substanciais na sua infra-estrutura física. A urbanização também supõe a divisão da favela em lotes ou frações ideais de terreno.

No Rio de Janeiro as intervenções sobre a favela remontam ao próprio Código de Obras de 1936, que previa a eliminação e interditava a construção de novas favelas. A erradicação de

3. Veja-se sobretudo John Turner, "Uncontrolled urban settlement, problems and policies", in G. Breese (org), *The City in Newly Developing Countries*, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice Hall, 1969, pp. 507-534.

favelados, entretanto, só toma corpo no período Vargas, com a experiência dos Parques Proletários (1941-43). A partir de 60, e durante as administrações Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas os programas se intensificam, já agora batizados pela palavra "remoção". Nos primeiros 12 anos removeram-se nada menos que 132.533 pessoas, atingindo-se 80 favelas (Valladares, 1978: 39). Nos três anos subsequentes — quando se verifica um declínio dos programas — ocorreram 5.241 remoções, totalizando 137.774 pessoas erradicadas da favela carioca em 15 anos (Saliby, 1977: 38). Estas populações tiveram por destino conjuntos habitacionais da Cohab ou Centros de Habitação Provisória destinados àquelas famílias sem condições de participarem do programa da casa própria (Saliby, 1977; Beltrão, 1978).

Nenhuma outra cidade do Brasil conheceu programas de remoção da magnitude do Rio, apesar de se ter implementado em Salvador, no fim dos anos 60, uma política de extinção às "invasões", que atingiu principalmente a orla marítima e turística da cidade (Mattedi, 1979: 162-165). Em São Paulo, as esparsas referências encontradas na literatura mencionam um Projeto de Desfavelamento da Prefeitura (1971) dando-se a transferência dos moradores para Vilas de Habitação Provisória (Niemeier, 1979: 79). Mais frequentes nesta cidade parecem ser as expulsões diretas, executadas por conta dos próprios proprietários de terra, tendo em vista que 55,9% dos aglomerados estão situados em terreno de propriedade particular, 62,3% têm até 10 barracos e 94,9% não contam com mais de 100 unidades habitacionais (Kowarick, 1980: 79).

Os efeitos "nocivos" das remoções têm sido apontados pela grande maioria dos autores que analisaram os diversos programas implementados no Rio de Janeiro, sendo pioneiro neste sentido o trabalho de Salmen (1969). Tendo por preocupação central os efeitos "desintegradores" da remoção sobre a vida dos favelados, as análises salientam a queda da renda familiar por aumento do custo e gasto com transporte, por desemprego devido ao afastamento dos mercados de trabalho e por elevação das despesas com a habitação. Os autores apontam, também como consequência do desfavelamento, a "desintegração" gerada pela destruição da favela e dos laços sociais de solidariedade aí predominantes (Rush, 1974; Perlman, 1977).

Paralelamente às remoções, embora em escala muito reduzida, vêm ocorrendo experiências de urbanização de favelas, notadamente no Rio de Janeiro, tendo sido a Igreja a primeira instituição a sugerir a alternativa da urbanização

e mesmo a promovê-la (Parisse, 1969; Valladares, 1978; Valla *et alli*, 1979; Arquidiocese do Rio de Janeiro, 1979). Consta-se uma evolução na proposta da Igreja que, de sanear a favela com o "suor e trabalho" dos próprios moradores (Fundação Leão XIII-1946), empeneha-se nos dias atuais a apoiar os favelados na sua luta pela posse da terra e urbanização (Pastoral das Favelas).

Do lado do Estado também se pode constatar variações quanto à sua política em relação às favelas, em função, sobretudo, de conjunturas políticas específicas (Leeds & Leeds, 1978; Portes, 1978). Assim é que, quando de um regime militar ou elitista, pende-se para uma política de matiz mais repressivo (remoção). Quando, por outro lado, está em vigência um regime mais populista, "tende a surgir uma política relativa à favela mais comprometida com soluções 'sociais' e 'humanas'" (urbanização) (Leeds & Leeds, 1978: 188). Portes sugere que, na área da habitação popular, as experiências ilustram como o Estado autoritário procura conciliar suas necessidades com as das massas populares (Portes, 1978: 135-136). Valladares, preocupada por sua vez com o significado político-eleitoral da população favelada, sustenta que uma política de remoção em larga escala só pode ocorrer quando os favelados perdem seu poder de barganha representado pelo voto (Valladares, 1978: 26-27).

Pouco se escreveu sobre as experiências concretas de urbanização de favelas (Blank, 1980; Santos, 1977, 1980; Heye, 1980). O caso "clássico" pesquisado é o de Brás de Pina (Rio de Janeiro), que oito anos após o início da urbanização, já tinha 75% das moradias transformadas em casas de alvenaria (Blank, 1980: 110). A experiência resultou, por outro lado, em que ocorresse uma considerável substituição dos favelados por gente de fora, "através de um estatuto surgido espontaneamente e que consistia na venda de 'direitos' à participação no plano" (Santos, 1977: 39). Castro, referindo-se à substituição de moradores por mecanismos de mercado, denomina este tipo de urbanização de "removedora", chamando a atenção para a "falsa oposição entre remoção e urbanização de favelas" (Castro, s/d: 19). Dados relativos a favelados removidos apontam no mesmo sentido acima: famílias transferidas para conjuntos habitacionais tampouco permanecem na área, "passando a casa", vendendo seus "direitos" a terceiros (Valladares, 1978: 77-78).

Nos últimos anos, como decorrência de algumas alterações no quadro político do país, dentre as quais uma maior vitalidade político-partidária, o papel político-eleitoral das favelas

parece voltar a ter peso nas decisões da política habitacional. Assim é que é lançado o Promorar, no âmbito do BNH, propondo uma orientação a nível nacional no sentido de "recuperar" (urbanizar) áreas faveladas e a ouvir as associações de moradores. A primeira experiência do Promorar, denominada "Projeto-Rio", a ser implementada na área das favelas da Maré, já começou a colocar em prática a experiência do "planejamento participativo", tendo esbarrado, desde o seu início, com a demanda dos moradores pela posse da terra (Poggiese, 1980). Restam, entretanto, várias dúvidas sobre o novo programa ligadas a aspectos não explícitos na nova proposta oficial, tais como: o custo social e financeiro da urbanização para o morador; como resolver a questão da posse da terra, etc. (Valladares, 1980).

2. A ação governamental no campo da habitação

O volume de trabalhos referentes à análise da ação governamental no campo da habitação no Brasil já é hoje considerável, reunindo artigos em periódicos, teses e relatórios de pesquisa. Tal produção tem a ver com a experiência oficial na área que remonta ao século passado, respondendo "às diferentes crises habitacionais e às suas consequências em cada momento histórico" (Finep/GAP, 1979: 83). Entretanto, a maioria dos trabalhos concentra-se na análise da experiência recente, a partir da criação do BNH, quando intensifica-se o debate sobre a habitação, surgindo um "campo legitimado de idéias das ações decorrentes e das interpretações críticas dos seus resultados" (Santos, 1980: 20).

No tocante à experiência oficial anterior ao BNH, apenas o trabalho da Finep/GAP (1979) dedicou-se a inventariar de forma sistemática a ação governamental. Este estudo constitui-se numa fonte básica de pesquisa para os interessados na história da habitação brasileira, incluindo um vasto levantamento da legislação e bibliografia pertinentes ao tema. O trabalho também oferece uma interpretação das principais políticas adotadas a partir do Segundo Reinado, que vão desde medidas tomadas pela iniciativa privada (alojamentos e vilas operárias construídas por empresários), até programas de governos e prefeituras locais (programa de eliminação de cortiços no Rio de Janeiro, Ação Social Contra o Mocambo em Pernambuco, etc.) e iniciativas federais (política dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, Fundação da Casa Popular, Instituto Brasileiro da Habitação).

Na análise das políticas que precederam ao BNH inserem-se outros autores que fazem referência, sobretudo, ao período 1930-64. Azevedo, por exemplo, que ao analisar a ação da Fundação da Casa Popular e dos vários Institutos, salienta o fato das moradias serem subsidiadas, "o que favorecia a política de clientelismo e populismo da época" (Azevedo, 1979: 99). Souza, por outro lado, chama a atenção para o fato de que o "paternalismo governamental jogava no descrédito os Institutos de Previdência e as Caixas Econômicas, principais agentes do financiamento do setor habitacional" (Souza, 1974: 58). Numa linha semelhante, Blay considera que as soluções do período "não adquirem o vulto correspondente à demanda e são distorcidas por todo o sistema de protecionismo, quando não por desvio de verbas" (Blay, 1978: 81). Vale mencionar, também, o trabalho de Serran (1976) que reúne documentos formulados pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, a maioria dos quais constituindo-se em críticas e propostas à situação habitacional no período 1954-1975.

Dentre a vasta literatura que trata da experiência recente, distinguem-se dois tipos de abordagens: de um lado, estudos voltados para a análise das linhas gerais da política habitacional; de outro, trabalhos destinados à avaliação de programas específicos implementados pelo próprio Banco. Este conjunto de textos será aqui considerado em dois itens: a) a política habitacional do BNH; e b) avaliação dos programas habitacionais.

a) A Política Habitacional do Banco Nacional de Habitação

A criação do BNH está inserida em um contexto de crise política e econômica com a qual se defrontava o "novo regime" instaurado com a "revolução" de 1964. A apreensão desta crise e das medidas tomadas pelo governo emergente na tentativa de superá-la é, via de regra, o ponto de partida dos trabalhos.

Embora alguns autores dediquem-se a uma análise mais ampla do novo modelo político e econômico (Souza, 1974; Azevedo, 1975; Bollaffi, 1975 e 1977), só interessa aqui evidenciar os aspectos mais ligados à criação do BNH. Neste sentido, o ponto comum das interpretações é a crise do próprio setor imobiliário naqueles anos, que traduzia-se numa crescente baixa de investimentos do setor, resultando no aumento do déficit habitacional. No centro desta crise estava a inflação agindo de modo a desestimular os investimentos e provocando um surto especulativo nos grandes centros, bem

como a desarticulação do setor imobiliário. À essa época a indústria de material de construção reduziu as suas atividades a um mínimo indispensável e a construção de novas unidades habitacionais viu-se também reduzida. Na formação desse quadro jogaram papel decisivo as diferentes leis do inquilinato instituídas entre 1946 e 1964, como outro fator limitativo dos investimentos nesse setor (Souza, 1974: 58; Szubert, 1979: 31-2; Veras, 1980: 44; Azevedo, 1975: 13; 1979: 99; Reynolds e Carpenter, 1977: 45).

Na vertente política da crise evidencia-se o descontentamento das "massas populares" que deveria ser atenuado, devido aos efeitos de uma depressão prolongada, originada na contenção inflacionária (Bolaffi, 1977: 48-49). Dá-se ênfase também à "percepção das favelas como possíveis focos de tensão podendo redundar em conflito" (Souza, 1974: 54).

A prioridade dada pelo novo governo à questão da habitação e seu pretense alcance político torna-se cristalina na carta de Sandra Cavalcanti, enviada ao Presidente Castello Branco, sugerindo a criação do BNH: "Achamos que a revolução vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter de nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre as suas feridas cívicas" (*apud* Souza, 1974: 157).

Frente a essa crise, a opção pela indústria da construção civil torna-se um elemento eficaz na sua superação, não só enquanto indústria aceleradora de outras, mas também devido ao seu caráter de grande absorvedora de mão-de-obra (Souza, 1974: 55; Andrade, 1976: 121-2; Veras, 1980: 49; Szubert, 1979: 32; Bolaffi, 1977: 75-77).

Ao lado das funções econômicas da indústria de construção civil, a opção por um grande plano de investimentos na construção de habitações populares é pensada como uma resposta à crise política, tendo em vista o significado da "casa própria" que torna-se "um símbolo que é desejado por tudo que ele representa: segurança, status, renda, etc." (Souza, 1974: 3). Nesta mesma linha de interpretação situam-se: Bolaffi, 1977: 75; Andrade, 1976: 121; Veras, 1980: 16-20).

Um procedimento bastante difundido nas análises da política habitacional do BNH tem sido a periodização da sua atuação, buscando através dela revelar as macro-diretrizes de cada período e as mudanças ocorridas em cada um deles. A primeira periodização estabelecida pode ser encontrada no trabalho de Souza (1974), sendo posteriormente seguida por Andrade (1976), por Szubert (1979), e também por Veras (1980). O quadro a seguir resume os marcos e o significado mais geral de cada um dos períodos apresentados por esses autores.

Autores	Fase ou período			
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
Souza (1974:60)	De 1964 a 1967 "Criação e Estruturação"	De 1967 a 1971 "Desenvolvimento e atuação do BNH"	De 1971 a 1974 "Reestruturação do BNH, enquanto banco de 2. ^a linha"	—
Andrade (1976:122)	De 1964 a 1967 "Estruturação"	De 1967 a 1971 "Banco de 1. ^a linha"	De 1971 em diante "Reestruturação": "banco de 2. ^a linha"	—
Szubert (1979:32)	De 1964 a 1967 "Período de organização do BNH"	De 1967 a 1971 "Período Habitacional"	De 1971 a 1976 "Atuação em desenvolvimento urbano"	—
Veras (1980:52)	De 1964 a 1967 "Estruturação"	De 1967 a 1971 "Banco de 1. ^a linha"	De 1971 a 1979 "Banco de 2. ^a linha"	"Após março de 1979" "Como a perfeição do modelo pretendendo certa popularização".

Criado em 1964, o BNH apresentou como principal inovação a introdução do sistema de correção monetária nos financiamentos habitacionais, como mecanismo de compensação inflacionária. Distingue-se pelo fato de se tratar de um banco e deste modo ser um órgão que articula o setor público como financiador principal, com o setor privado, executor da política habitacional (Andrade, 1976: 123; Veras, 1980: 55).

O período que vai de 1964 a 1967 corresponde à fase de implantação e estruturação do Banco como órgão central do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Esta fase esteve marcada por uma escassez de recursos que dificultou a implementação dos primeiros programas. Os autores apontam a criação do FGTS (1966) e do SBPE (1967) como forma de superar as dificuldades financeiras iniciais. O significado do FGTS é entretanto um dos pontos críticos dos debates na literatura: para alguns autores ele representa um "salto" nas relações trabalhistas (Azevedo, 1975: 26) ou um "benefício" para os trabalhadores (Bolaffi, 1977: 50), sendo também visto como "a implantação de uma nova política de emprego que recondicionou as relações entre capital e trabalho no Brasil, fazendo a balança pender decisivamente a favor do primeiro" (Szubert, 1979: 33). Salienta-se, por outro lado, a sua utilização enquanto um mecanismo compulsório de poupança dos trabalhadores, servindo à investimentos que não vieram beneficiá-los; faz-se também críticas a diversos aspectos da sua operacionalização, dentre as quais a sua remuneração (Souza, 1974: 78-79; Azevedo, 1975: 46; Bolaffi, 1977: 53-54; Szubert, 1979: 40).

Os anos 1967-1971 marcam a segunda fase do BNH que, segundo os autores, sofreu, então, transformações operacionais, ampliou suas funções e passou a privilegiar os financiamentos voltados para as faixas de renda mais altas. Destaca-se, neste período, a criação do mercado de hipotecas, pelo qual o BNH passou a repassar seus recursos à iniciativa privada através da figura do "iniciador" (Souza, 1974: 81; Andrade, 1976: 124-125; Veras, 1980: 63-64). Outra transformação operacional importante verificou-se a nível do cálculo das dívidas e da prestação que delineava para "o mutuário uma situação na qual, quanto mais ele pagava, mais aumentava sua dívida para com o BNH" (Szubert, 1979: 37). Com o Plano de Equivalência Salarial (PES) o número de prestações passou a ser fixo e com o Fundo de Compensação de Variações Salariais, o BNH passou a responsabilizar-se pelos saldos devedores. Ressalta-se, ainda, como característica do período o "descrédito"

atingido pelo Banco, revelado através das altas taxas de inadimplência, o abandono de imóveis, a queixa contra a qualidade de construção dos imóveis, a ausência de infra-estrutura urbana nos conjuntos habitacionais, etc. (Souza, 1974: 94-95; Bolaffi, 1977: 17; Szubert, 1979: 37; Azevedo, 1975: 97). A ampliação do campo de atuação do BNH é outro fator marcante, revelando-se através da criação de programas de financiamento de infra-estrutura urbana como o FINASA, o PLANASA e o FIMACO (Souza, 1974: 99-103; Andrade, 1976: 126-127; Szubert, 1979: 37; Veras, 1980: 61-62). Finalmente, observa-se no período a crescente participação dos recursos da SBPE no montante de recursos disponíveis do BNH, constatando-se o decréscimo relativo da participação do FGTS (Reynolds & Carpenter, 1977: 46).

O terceiro período do BNH corresponde à sua transformação em banco de 2.ª linha, quando então deixa de operar diretamente, cabendo aos agentes repassar os créditos por ele concedidos e se responsabilizar pelas operações. Segundo vários autores, esta transformação visava resguardar o Banco das críticas a que se vira exposto, assegurando-lhe, por outro lado, "a disponibilidade de que necessitava não só para atuar em novos investimentos como também para assumir nova identidade no sistema" (Souza, 1974: 144). Além desse aspecto, aponta-se a intensificação de programas de desenvolvimento urbano através da criação, em 1972, de três Fundos de Desenvolvimento Urbano (Nordeste; Leste, Centro Oeste e Sul; Amazônia) e do lançamento do Projeto CURA. Dentro de uma linha de novos programas é instituído, ainda, o Planhap que pretendia, no prazo de 10 anos, eliminar o déficit de casa própria, com infra-estrutura urbana e comunitária, das famílias com renda entre 1 a 3 salários mínimos. Em 1975, no âmbito do Planhap é criado o Profilurb, destinado ao financiamento de lotes providos de água, luz, esgoto e uma unidade de tipo embrião (a ser concluída via a autoconstrução) para famílias com renda até três salários mínimos ou sem renda regular. Seu significado mais amplo foi o reconhecimento pelo BNH "do fato de que um terço das famílias urbanas brasileiras, com renda mensal inferior a 1,5 salários mínimos, não tem condições de adquirir uma casa, por mais simples que ela seja" (Szubert, 1979: 42). Uma outra medida no período foi a concessão de um benefício tiscal (Decreto-Lei 1.358), visando "premiar" os mutuários em dia e, desse modo, reduzir a taxa de inadimplência (Szubert, 1979: 40; Veras 1980: 83; Azevedo, 1979: 105). Finalmente, a terceira fase do BNH se caracteriza por

uma identificação cada vez maior enquanto um banco de desenvolvimento urbano: as aplicações em habitação que eram de 93,2% em 1969, caem para 59,7% em 1974, atingindo 66,9% em 1978; paralelamente, os investimentos em desenvolvimento urbano passaram de 4,1%, em 1969, para 25,2%, em 1974, e 28,1%, em 1978 (Veras, 1980: 66). No que se refere a unidades habitacionais construídas, observa-se a tendência ao privilegiamento dos grupos de alta renda através dos programas RECON e SBPE que até 1974 reuniram 50,2% do total de unidades habitacionais financiadas pelo BNH (Veras, 1980: 103).

O quarto e último período do BNH inicia-se a partir de 1979 com o anúncio de "significativas mudanças", reflexo da "abertura" do novo governo que busca uma "legitimação junto aos setores populares" (Veras, 1980: 90-93). São as seguintes as medidas mais recentes: criação do Promorar, destinado a atender famílias de baixa renda e a promover programas de recuperação de áreas faveladas; estímulo ao Prohemp, programa através do qual empresas financiam casas aos seus trabalhadores; formulação de um Plano Nacional de Habitação Rural. Por outro lado, dentro de uma "nova linha de atuação", o BNH se dispõe a ouvir as reivindicações de associações civis e militares (Veras, 1980: 90).

Para além da periodização, o significado da política habitacional do BNH, ao longo de sua existência, é a preocupação principal dos autores. (Souza, 1974; Azevedo, 1975; Andrade, 1976; Bolaffi, 1977; Szubert, 1979; Veras, 1980). De uma ênfase inicial em uma política social, o BNH passou cada vez mais a assumir funções econômicas de estímulo ao capital privado. Montada num esquema empresarial, a política habitacional tornou-se um dos elementos mais eficazes da nova estratégia econômica implementada a partir de 1964. Do confronto de promessas com realizações, a ação do BNH deixa um saldo negativo, sobretudo em função da correção monetária e do modelo empresarial adotado. Este saldo negativo revela-se, por um lado, pelo afastamento de sua clientela prevista e, por outro, por sua pouca eficácia em fazer face ao déficit habitacional.

b) *Avaliação de Programas Habitacionais*

Um número considerável de estudos e pesquisas se dedica a análise de programas específicos do BNH, sobretudo aqueles destinados as famílias de "baixa renda". Recentemente, o próprio BNH passou a financiar estudos de tipo avaliativo sobre seus programas realizados por

instituições especializadas (Iuperj, IBAM, Fundação João Pinheiro, etc).

Todos os estudos apresentam uma preocupação comum, qual seja a de atentar em detalhe para o funcionamento dos programas, o desempenho das instituições, a qualidade do produto oferecido, as relações entre mutuário e órgãos executores da política habitacional, a clientela prevista e aquela sendo efetivamente atendida, etc. Em suma, visa-se discutir a adequação *versus* inadequação dos mais variados programas voltados para a "baixa renda" frente aos objetivos declarados da política habitacional.

No conjunto da literatura predominam as análises relativas aos programas das Cohabs (Gondim, 1976; Valladares, 1978; Szubert, 1977; Azevedo, 1979; Saad, 1980; Batley, s/d), sendo restrito o número de trabalhos referentes aos demais agentes do sistema financeiro que atuam na faixa do mercado popular. Além de Szubert (1979) que trata das cooperativas habitacionais em Salvador, só se encontram informações sobre os conjuntos habitacionais promovidos por cooperativas na recente coleção de pesquisas de Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda (Rio, Recife, Salvador, Florianópolis, 1978 e 1979) encomendadas pelo BNH.

No que se refere às Cohabs distingue-se, de um lado, estudos preocupados com a trajetória destas companhias desde a sua criação. Azevedo (1979), por exemplo, sintetiza sua atuação no país, distinguindo as seguintes fases: a) implantação e expansão (1964-69); b) esvaziamento e crise (1970-74); e c) restauração (1975-78). Encontram-se, por outro lado, estudos de caso analisando o desempenho e a trajetória de Cohabs específicas (Szubert, 1977; Saad, 1980; Batley, s/d) ou a execução de seus programas (Grabois, 1973; Valladares, 1978). Aparecem, também, trabalhos cujo objeto central são os conjuntos habitacionais, suas características físicas e a população que abrigam (Gondim, 1976; Attadia da Motta, 1975; pesquisas de Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda, 1978 e 1979). Vale ainda incluir neste rol estudos sobre conjuntos de "habitação provisória", destinados às "sobras" das remoções e "vítimas de catástrofes" no Rio de Janeiro (Saliby, 1977; Beltrão, 1978).

Dentre os principais pontos levantados por este leque de trabalhos salienta-se: que os programas e os conjuntos habitacionais não estão atendendo àquelas populações para os quais foram previstos (Gondim, 1976; Valladares, 1978). No caso de atendimento da população prevista observa-se, entretanto, a concentração de mutuários nos limites mais altos da faixa de

renda (Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda, 1978 e 1979; Szubert, 1979; Valladares, 1978; Azevedo, 1979). Observa-se ainda a tendência da rotatividade dos moradores por mecanismos de mercado (Valladares, 1978; Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda, 1978 e 1979). Outro aspecto ressaltado é a existência de uma demanda considerável para as habitações da Cohab, superando em muito sua capacidade de atendimento (Saad, 1980; Batley, s/d). Constata-se, também, a ocorrência de práticas informais e de tipo clientelista no acesso às unidades habitacionais, tendo em vista a pressão da demanda e os interesses políticos que mediam a distribuição de habitações (Valladares, 1978; Azevedo, 1979; Batley, s/d). Deve-se ainda lembrar a ênfase atribuída por todos os autores às características construtivas dos conjuntos habitacionais, seja no que se refere à carência de infra-estrutura, seja no que tange às deficiências de construção envolvendo aspectos como qualidade do material utilizado, limitações do projeto arquitetônica, etc. Finalmente, são constantes as críticas à localização dos conjuntos que oneram excessivamente a força de trabalho nos seus deslocamentos diários.

3. Periferia: loteamento e autoconstrução

Uma nova problemática, a do título acima, vem se colocando aos estudiosos do tema habitação da classe trabalhadora no Brasil. Deslocada no tempo — uma vez que o desenvolvimento das periferias urbanas das grandes aglomerações do país remonta pelo menos à década de 30, ocorrendo mais intensamente a partir dos anos 50 — é somente na última década, quando as “escalas e velocidades” do fenômeno saltam aos olhos, que um acervo de informações empíricas e de interpretações teóricas começa por se constituir.

Inicialmente, vale fazer algumas considerações gerais sobre a literatura pertinente ao tema. Trata-se de uma produção recente, predominantemente realizada na década de 70, cuja gestação ocorreu a partir da ruptura com a teoria da marginalidade social, sob a marcante influência do trabalho de Francisco de Oliveira (1972). Na sua tese acerca da integração dos setores atrasados no processo de acumulação do capital no Brasil, a moradia autoconstruída pelas classes populares é considerada um dos

principais itens da reprodução e da dilapidação da força de trabalho, uma vez que: “Uma não insignificante percentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins-de-semana e formas de cooperação como o ‘mutirão’”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado — a casa — reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho — de que os gastos com habitação são um componente importante — e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho” (Oliveira, 1972: 31).

Ao lado desta influência teórica, outras características marcam a literatura, notadamente uma vertente metodológica comum em que se privilegia a observação direta ou a combinação desta com a realização de *surveys* em loteamentos de periferia.

Os primeiros estudos foram realizados em São Paulo, estendendo-se posteriormente ao Rio. Pesquisa pioneira foi aquela realizada em 1970-71 por Lemos & Sampaio, que só veio a ser publicada em 1978. Mais conhecido, entretanto, ficou sendo o trabalho de Maricato (1976), por sua repercussão na produção acadêmica subsequente.

No conjunto dos trabalhos pode-se distinguir três enfoques⁴ analíticos complementares. O primeiro busca analisar, numa perspectiva histórica, a origem do parcelamento do solo no Brasil desde o período colonial até os dias atuais, enfatizando os loteamentos periféricos como um dos principais mecanismos de expansão das metrópoles, reunindo consideráveis parcelas da população trabalhadora (Beloch, 1980). O segundo enfoque privilegia uma análise comparativa, mostrando as tendências que vêm ocorrendo no processo de autoconstrução de moradias nas três últimas décadas, no que diz respeito às suas determinações sociais, econômicas e técnicas (São Paulo/Secretaria de

4. Para efeitos desta resenha, os dois primeiros enfoques não serão analisados, tendo em vista que o acesso aos textos só se deu após a redação do presente item.

Economia e Planejamento, 1979). Por último reunindo a grande maioria dos trabalhos, distingue-se uma abordagem que se centra na descrição do processo de autoconstrução e na discussão do seu significado para a reprodução da força de trabalho (Maricato, 1976; Bonduki e Rolnik, 1979; Lima, 1980).

A investigação da questão na literatura sugere um ordenamento a partir da categoria "periferização" que apresenta como temas associados a problemática dos loteamentos e do processo de autoconstrução.

a) *Periferização: a "Segregação Espacial" da Classe Trabalhadora*

A análise do fenômeno da periferização tem sido comumente feita a partir de compreendê-lo como resultante do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de suas conseqüências na conformação do espaço urbano nas grandes cidades, especialmente a partir dos anos 50 (Maricato, 1977: 95; Santos, 1980: 24). Neste sentido, o termo "periferização" é utilizado para designar um modo específico de estruturação do espaço urbano em época recente e também para representar um "novo modo de urbanização" (Santos, 1980: 21).

A periferização pode ser entendida como uma projeção ao nível do espaço, do processo de acumulação de capital e de suas conseqüências sobre o *habitat* da classe trabalhadora, determinando sua segregação espacial ditada por sua localização cada vez mais longínqua dos "núcleos" dos principais centros urbanos-industriais do país. A essa especificação acrescentam-se muitas outras que marcam um quadro de carência generalizada, constatado através das precárias condições de moradia (Bonduki e Rolnik, 1979: 150; Maricato, 1979: 91; Lima, 1980: 90); da quase completa ausência de infra-estrutura e serviços urbanos; do agravamento das condições de saúde (Maricato, 1979: 91; Cavalcanti, 1980: 16); da "ocupação predatória" (Maricato, 1977: 23-43); de uma população que afeita baixos salários, etc.

Os principais fatores que contribuem para o processo de periferização são apontados como sendo: as condições salariais da classe trabalhadora, a expulsão direta dos núcleos por ação de programas de remoção de favelas e renovação urbana, a expulsão indireta em decorrência da legislação e taxaço urbanas e, ainda, a especulação imobiliária. Todos estes fatores, além de afastarem as populações pobres das áreas centrais, impedem a fixação dos migrantes recém-chegados. Por outro lado, a periferia oferece como fator de atração a "informali-

dade" presente nas relações sociais entre loteadores, corretores e compradores, permitindo à classe trabalhadora fazer e desfazer contratos informais e solucionar problemas por relações face-a-face (Santos, 1980: 32).

Na análise do crescimento das periferias, salienta-se a sua expansão pelo deslocamento de populações de uma periferia para outra mais carente (Bonduki e Rolnik, 1979: 148). Para Santos, ou os residentes se vão por conta própria para capitalizar de imediato as vantagens introduzidas, ou são expurgados com o tempo, através de fenômenos de "capitalização" locais (Santos, 1980: 42-43).

b) *Os Loteamentos Periféricos*

A questão do parcelamento e uso do solo nas franjas das grandes metrópoles nacionais é vista através da ação de um conjunto de "agentes": o proprietário fundiário; o loteador; o corretor; o Estado (representado por instâncias do poder local); e o morador. As histórias dos loteamentos se pautam numa mesma lógica, podendo "ser representadas por períodos que se encadeiam: o do parcelamento do solo; o do lançamento e da comercialização; o da primeira ocupação; os desenvolvimentos posteriores" (Santos, 1980: 29).

Os loteamentos, em sua maioria, ocorrem em áreas remanescentes de uso rural, incorporadas ao espaço urbano pelo desenvolvimento dos meios de transporte, tornando-se assim alvo da especulação imobiliária (Costa, 1979: 74; Santos, 1980: 29; Lima, 1980: 70; Cavalcanti, 1980: 117). Na abertura de um loteamento, a associação entre o loteador e o proprietário fundiário é indicada através do "sistema de concessão" (Bonduki & Rolnik, 1979: 120) ou de "contratos de parceria" (Chinelli, 1980: 50). Ainda considerando o parcelamento do solo, os autores procuram identificar o tipo de capital presente na orientação desses empreendimentos: seja um reduzido capital inicial, suficiente para lotear pequenas dimensões (Chinelli, 1980: 50), seja empresas aparentemente modestas, servindo de veículo para investimentos do grande capital (Santos, 1980: 29).

A comercialização dos loteamentos obedece a um conjunto de procedimentos bastante semelhante. No que se refere às condições de compra pelos moradores, salienta-se os seguintes pontos: o valor das prestações é estabelecido a partir das "condições de demanda", devendo manter uma baixa relação com o salário mínimo; nem sempre ocorre o pagamento de entrada; o preço final do lote tem pouca influência na decisão de compra, importando

mais o prazo, que costuma variar entre cinco e dez anos. Quanto à promoção, indica-se procedimentos que marcam uma estratégia voltada para a "popularização" do loteamento: distribuição de volantes e folhetos em locais de intensa circulação, propagação nos locais de trabalho, colocação de *stands* em pontos estratégicos, etc. A comercialização dos lotes obedece a um contrato de compra e venda, onde se prevê a retomada do lote após três meses de atraso, havendo, entretanto, indicações de ser este um mecanismo pouco acionado pelo loteador devido aos custos e demora da ação judicial. Na prática são frequentes "negociações", implicando em revenda do lote seja para o mesmo comprador ou para terceiros. Por último, os autores argumentam que a viabilidade de venda dos lotes deve-se sobretudo à quase ausência de infra-estrutura e serviços urbanos encontrada nos loteamentos: é exatamente a carência dessas condições que é vendida aos compradores (Bonduki & Rolnik, 1979: 121-125; Lima, 1980: 70; Chinelli, 1980: 54-61; Santos, 1980: 29-43).

Outro ponto central da literatura diz respeito ao estatuto jurídico dos loteamentos, tidos em sua grande maioria como "clandestinos" por não cumprirem principalmente as exigências de infra-estrutura e serviços urbanos. Sendo a aprovação dos loteamentos regulada por legislação municipal, aponta-se para uma grande variação no grau de clandestinidade, seja de município para município ou de loteamento a loteamento (Bonduki & Rolnik, 1979: 126-127; Chinelli, 1980: 53). É ponto de consenso que a proliferação dos loteamentos vem provocando irreversíveis conseqüências nas condições gerais de urbanização das metrópoles. No entanto, as colocações diferem quanto à responsabilidade do Estado frente ao problema: para Bonduki & Rolnik, por exemplo, não se pode "atribuir a culpa pela existência dos clandestinos às más intenções dos empreendedores, mas às condições de remuneração da classe trabalhadora e à forma preponderante de atuação do Estado capitalista na cidade" (Bonduki & Rolnik, 1979: 127). Já Chinelli sugere que "os loteadores manipulam mecanismos e relações com o Poder Público, variáveis em sua eficácia (Chinelli, 1980: 54).

Na reflexão sobre os loteamentos de periferia, ênfase também é dada à ação dos seus moradores (Maricato, 1979: 73; Costa, 1979: 32-34; Santos, 1980: 30; Lima, 1980: 71; Cavalcanti, 1980: 72). A própria ocupação da área é tida como fator de valorização, já que cria as bases para o seu desenvolvimento posterior. Ressalta-se que em muitos loteamentos a popu-

lação local implantou os recursos mínimos de infra-estrutura tendo em vista a inação do Estado. Por outro lado, salienta-se que aquela detém (pelo menos potencialmente) um poder de barganha que se faz exercer junto ao poder público. Santos sugere que a conquista de melhorias representa um elemento determinante do próprio processo de crescimento das periferias (Santos, 1980: 38) ressaltando que parte dos moradores se apropria de imediato das vantagens introduzidas e as capitaliza, seja vendendo o terreno ou o imóvel construído, seja agindo como especuladores, subdividindo em pequeníssimas parcelas seus lotes e construindo cubículos para vender ou alugar (Santos, 1980: 30).

c) A Autoconstrução

A literatura sobre autoconstrução tem como base comum de análise a importância atribuída à esta como um dos principais itens das condições de reprodução da força de trabalho (Lima, 1980: 71; Rolnik & Bonduki, 1979: 27; Maricato, 1979: 82; Cavalcanti, 1979: 20; Costa, 1979: 2). Neste sentido, o pano de fundo do debate sobre a autoconstrução é o confronto que se estabelece, por um lado, entre as necessidades de consumo — especialmente da habitação e de suas condições de infra-estrutura e serviços — da classe trabalhadora e as condições salariais vigentes no país; e por outro, o conjunto de significados de que se reveste a autoconstrução na medida em que ela se constitui numa "solução" habitacional promovida pela própria classe trabalhadora, na ausência de uma política governamental de habitação e de um "mercado formal" (Jacobi, 1978: 4) compatível com o nível salarial desta maior parcela da população.

Uma primeira definição de autoconstrução foi dada por Maricato, como sendo, "o processo através do qual o proprietário constrói sua casa sozinho ou auxiliado por amigos e familiares (...) nos seus horários de folga do trabalho remunerado" (Maricato, 1976: 10). Posteriormente, em uma versão modificada do trabalho indicado, Maricato redefine a autoconstrução estendendo o seu significado aos termos "autoajuda", "ajuda-mútua" e "mutirão". A autora retém, entretanto, o aspecto da relação social implícita na sua primeira definição em que a autoconstrução se caracteriza por se diferenciar "das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho". Enfatiza ainda que a definição é válida para o trabalho "coletivo ou não" e para a construção da casa "própria ou não". Deste modo, a autoconstrução passa a significar

também “a produção do espaço urbano” (igrejas, escolas, ruas etc.) não se restringindo “aos meios de consumo individual” (Maricato, 1979: 71-74).

A caracterização do processo de autoconstrução tem sido comumente feita a partir de um conjunto de elementos que, articulados, permitem sua consecução mesmo em um quadro de extrema carência de recursos. Assim, o grupo familiar autoconstrutor depende de montar uma “estratégia de sobrevivência” que será determinante do processo de produção da habitação, podendo este ser visto através de uma série de elementos.

A força de trabalho empregada na moradia autoconstruída é apontada como sendo essencialmente familiar, contando também com a participação de amigos e vizinhos. A contratação de força de trabalho remunerada pode ocorrer, sobretudo nos momentos de execução de “trabalhos especializados”. Em muitos casos os trabalhos são executados sob o regime do mutirão em fins-de-semana, feriados ou à noite, podendo-se perceber a existência de “redes de trabalho” através das quais os autoconstrutores estabelecem compromissos entre si, configurando um pacto de ajuda recíproca que pode estender-se por muito tempo. O significado do mutirão é uma questão que ganha relevo nos debates. Enquanto Maricato (1979: 71) o define como uma “solidariedade forçada” outros autores criticam uma visão mistificadora desta prática enquanto “solidariedade de classe”, salientando: que o mutirão contribui indiretamente para manter baixos os salários e estender a jornada de trabalho (Bonduki & Rolnik, 1979: 131); que o mutirão caracteriza-se por ser uma contraprestação de serviços (Bonduki & Rolnik, 1979: 131; Costa, 1979: 22; Lima, 1980: 87; Cavalcanti, 1980: 111); e que a relação de vizinhança não é fator determinante de cooperação (Jacobi, 1978: 75; Bonduki & Rolnik, 1979: 132).

Na estratégia da autoconstrução, a disponibilidade de recursos financeiros constituiu-se numa variável determinante. Dois fatores são comumente apontados como dificultando o processo de produção da casa em sua fase inicial. Em primeiro lugar, o fato de que antecede a decisão de começar a construção, o comprometimento de uma parcela dos recursos disponíveis com o pagamento da prestação do lote. Em segundo lugar, está o fato de que, em geral, os autoconstrutores moram em casas de aluguel, o que também limita a possibilidade dos gastos iniciais. Adicionando-se a estes fatores a compra de materiais para o início da obra, percebe-se que o “período que vai da compra do lote à

conclusão do primeiro cômodo – momento em que a família se muda para a casa própria – se constitui na fase mais crítica da autoconstrução” (Lima, 1980: 79).

Para viabilizar a obtenção dos recursos necessários, faz-se uso de uma série de expedientes, dentre os quais os autores salientam: extensão da jornada de trabalho através de horas extras, obtenção de um segundo emprego e realização de biscates; venda das férias; utilização do FGTS e do 13.º salário; inserção de mais membros da família no mercado de trabalho; contração da cesta de consumo, atingindo particularmente o item alimentação; venda de equipamentos domésticos e objetos pessoais nos momentos de maior necessidade; atraso no pagamento das prestações do lote, etc.

No processo de autoconstrução, elementos como material e técnica construtiva aparecem como aspectos marcantes da moradia. A compra de material vai estar condicionada pela imprevisibilidade de recursos, determinando que ela seja feita aos poucos para atender às necessidades essenciais da etapa construtiva em que se encontra a casa. Contando com poucas alternativas de financiamento, ou mesmo sendo estas inviabilizadas pelo seu alto custo, os autoconstrutores, em sua maioria, limitam-se à compra do material mais barato. A escolha destes depende geralmente da oferta existente nas pequenas lojas que proliferam nos loteamentos periféricos (Maricato, 1979: 86-89; Lima, 1980: 80; Cavalcanti, 1980: 32-104; Costa, 1979: 25-27).

No que se refere à técnica autoconstrutiva, esta se caracteriza como sendo a mais elementar possível, tendo em vista suas mais amplas determinações. Salienta-se que o processo de autoconstrução é realizado através de etapas descontínuas, muitas vezes resultando em deterioração das partes anteriormente construídas.

Uma última preocupação que percorre os textos consultados gira em torno de interpretações sobre o valor de uso e o valor de troca da moradia autoconstruída. Embora seja a produção de “valor de uso” apontada como presente na origem da autoconstrução, os trabalhos partem de uma visão de que, pelo menos “potencialmente” (Bonduki & Rolnik, 1979: 129; Lima, 1980: 89; Cavalcanti, 1980: 16) nela está contido “valor de troca”, resultado em que a casa seja vista como uma “mercadoria”, cuja comercialização far-se-á sob certas condições. Desse modo, alguns estudos buscam compreender a transformação do “valor de uso” em “valor de troca” através dos modos de mercantilização da “casa própria”, ou enquanto decorrência da determinação “capitalista” a que

estariam submetidos também os grupos auto-construtores (Jacobi, 1978: 10; Santos, 1980: 30). Esse processo de transformação será caracterizado, por um lado, através das casas construídas para alugueis, do aluguel de cômodo, da revenda de lotes, da venda da casa; e por outro lado, ele será visto como decorrência de que a opção pela casa própria representa não só a eliminação de gastos com aluguel, mas, também, a "formação de um patrimônio" cuja "valorização" será dependente das conquistas de melhorias dos loteamentos em que ela se localize (Bonduki & Rolnik, 1979: 138-144; Lima, 1980: 89-90; Santos, 1980: 37). Cabe ainda acrescentar, neste ponto, que alguns autores explicam a opção pela casa própria como um fator de "segurança" frente à instabilidade de empregos, frente às "crises de vida" pelas quais comumente passa essa parcela da população.

A autoconstrução, enquanto uma solução habitacional promovida pela classe trabalhadora, tem sido considerada como "a única alternativa que restou ao trabalhador" (Bonduki & Rolnik, 1979: 153); como uma "resposta" (Lima, 1980: 71); como um "elemento de resistência a um contexto contraditório que tende a reduzir ao máximo as tentativas de cooperação" (Jacobi, 1978: 20). Esta solução ocorre, enfim, em uma situação que demarca um quadro de "dilapidação" e "espoliação urbana" da força de trabalho, diante de um Estado que não prevê os meios de consumo coletivo e nem uma política habitacional adequada à classe trabalhadora.

Essa solução habitacional é considerada, ainda, por alguns autores, como a "forma mais funcional ao sistema" (Bonduki & Rolnik, 1979: 151), "solução bastante conveniente ao sistema em vigor" (Lima, 1980: 90), "solução compatível com o sistema dominante" (Cavalcanti, 1980: 66). Os motivos para estas considerações devem-se às interpretações da autoconstrução como um fator de rebaixamento da taxa do salário. Por outro lado, o argumento dirige-se às implicações "político-ideológicas" da casa própria, que, segundo Lima, "ampliando o contingente de proprietários particulares de habitações realimenta a crença de que o direito legal à propriedade privada é um direito incontestável e reforça o seu valor como aspiração incondicional, contribuindo assim para reforçar o sistema de propriedade privada" (Lima, 1980: 90). Já Rolnik & Bonduki argumentam que: "se o crescimento econômico é baseado no controle político e no arrocho salarial, nada melhor do que identificar os trabalhadores com a propriedade privada, talvez para mostrar-lhes que 'tem algo a perder' ou que estão ganhando alguma coisa

com o 'desenvolvimento'" (Rolnik & Bonduki, 1979: 150).

4. Moradia e trabalho

Apesar de ser muito reduzida a literatura reunida neste item, ela é, sem dúvida, de grande importância para o entendimento da questão habitacional no que diz respeito à sua relação com a reprodução da força de trabalho – seja no que tange às condições concretas de sua existência, seja no que se refere à formação ideológica das classes trabalhadoras. Por outro lado, os autores que se reúnem em torno deste tema contribuem substancialmente para a recuperação da história da habitação no Brasil.

As vilas operárias constituem tema de interesse de alguns estudiosos (Lopes, 1979; Blay, 1980; Goldstein, Zarpellan e Alves, 1979). Tomando como questão central a relação fábrica-moradia, estes autores vêm nesta forma de morar um mecanismo de imobilização da força de trabalho. Lopes recorre a toda a uma literatura europeia referida ao sistema de fábrica e vila operária para demonstrar a sua amplitude enquanto forma de morar, que tem suas origens na própria revolução industrial. O autor desenvolve um estudo de caso em uma vila operária de Pernambuco, mostrando a interferência da fábrica na vida cotidiana dos seus trabalhadores, especialmente no controle exercido através da habitação. Lopes descreve também os movimentos de resistência dos trabalhadores ao sistema fábrica-vila operária, levado a efeito durante anos e tendo como um dos seus resultados a transferência de casas para os operários, o que "começa parcialmente a traduzir em termos de propriedade uma relação de apropriação da cidade pelas famílias operárias através da construção (...) de uma comunidade operária, forjada na luta por melhores condições de vida e trabalho e por direitos de cidadania" (Lopes, 1979: 89).

Blay (1980), também preocupado com o sistema fábrica-vila operária, discute o surgimento das vilas operárias no Brasil como decorrência da necessidade de suprir a indústria têxtil nascente, de força de trabalho. Salienta a autora que o "novo" processo de habitar foi também usado como veículo de transmissão de novos valores, adequados na ótica capitalista ao desempenho do trabalho livre. Sugere, ainda, que as vilas tiveram um importante papel no domínio dos movimentos políticos do nascente operariado.

Apresentando conclusões semelhantes às de Blay, encontra-se o trabalho de Pereira (1980) que dedica um capítulo do seu *Coração da Fá-*

brica para analisar a comunidade residencial dos trabalhadores. A fábrica têxtil estudada "domina a própria vida doméstica dos trabalhadores" (Pereira, 1980: 39) que inicialmente eram seus locatários. Recentemente a fábrica vendeu suas propriedades imobiliárias, tendo vários de seus operários comprado, via o Sistema Financeiro da Habitação, as casas da vila que sempre ocuparam (Pereira, 1980: 40).

Vale incluir nesta linha de pesquisa o texto de Teixeira e Ribeiro (1980) que, através de uma recompilação de informações históricas sobre o movimento operário no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo) do final do século passado às primeiras décadas do século XX, discute a habitação inserida no quadro geral das reivindicações operárias. Salientam as autoras que no período estudado a habitação não se confundia com o acesso à casa própria. As reivindicações se faziam fundamentalmente contra o aumento dos alugueis que atingia não somente a classe operária, mas o conjunto das classes trabalhadoras urbanas. Observam ainda que o movimento operário denunciava, "além do custo do aluguel, as péssimas condições de moradia caracterizadas pela falta de higiene e promiscuidade, inserindo assim a questão da moradia na totalidade das condições de vida" (Teixeira e Ribeiro, 1980: 2).

Conclusão

À guisa de conclusão, indicar-se-á, a seguir, algumas das características gerais da literatura, sugerindo alguns campos que permanecem em aberto e que merecem mais reflexão.

Ressalta-se, em primeiro lugar, que os estudos sobre a habitação no Brasil ganharam um efetivo impulso na década de 70, transformando-se num campo especializado; a absorção desta vasta literatura requer inclusive um esforço no sentido de recuperar de forma sistemática e integrada a variedade de linhas de pesquisa e análise. Grande participação neste impulso deve ser atribuída à universidade, a partir do desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em ciências sociais e planejamento urbano, hoje existentes em diversas regiões do país, responsáveis por um grande número de teses.

Verifica-se, entretanto, uma concentração desta produção no eixo Rio-São Paulo, não só pelo maior número de instituições de pesquisa e estudos aí presentes, como também por serem estas metrópoles os centros onde mais agudamente transparecem os problemas urbanos e a questão habitacional.

Outro ponto a destacar é a centralidade assumida pelo Estado na formulação do pensamento da maioria dos autores. O Estado se faz presente, nas várias vertentes da literatura, independentemente das diferentes posturas teórico-metodológicas adotadas pelos estudiosos. Pode-se distinguir duas modalidades de *approach*: na primeira formulação, a questão habitacional é pensada como decorrência quase que exclusiva da ação do próprio Estado; no segundo caso, a "inação" do Estado é ressaltada, dando-se ênfase à participação das populações na "solução" da questão habitacional.

Finalizando, menciona-se, a seguir, alguns dos principais campos que encontram-se pouco explorados, revelando temáticas a serem estudadas.

São esparsos os estudos recentes dedicados à história da habitação no Brasil, excetuando-se o trabalho da Finep/GAP (1979) e aqueles reunidos no item *Moradia e Trabalho*. Neste campo, muito importante tem sido a contribuição de arquitetos, voltados para a história da arquitetura brasileira, fornecendo elementos valiosos para a recuperação histórica da questão habitacional (Reis Filho, 1978; Saia, 1978; Lemos, 1978).

Mais raros ainda são os trabalhos dedicados à discussão da promoção e incorporação imobiliária, encontrando-se apenas estudos não específicos onde, entretanto, a temática se faz presente. É o caso do trabalho de Vargas (1979), que discute a atividade de incorporação ou promoção do empreendimento imobiliário como um dos agentes que contribui para preservar e consolidar a atual estrutura produtiva do setor da construção habitacional. Também é o caso de Nunes (1977) que faz indicações sobre a ideologia veiculada pela propaganda imobiliária.

Também pouco pesquisada é a habitação de classe média, muito embora ela absorva grande parte dos recursos alocados pelo Banco Nacional da Habitação. Estudo pioneiro é o de Velho (1973), cuja preocupação central é a ascensão social da classe média revelada pela mobilidade habitacional do subúrbio para a zona sul do Rio de Janeiro, especialmente Copacabana.

Ressente-se também na literatura a falta de estudos e análises sobre a gestão de espaços residenciais coletivos, apesar da presença crescente no espaço urbano destes complexos habitacionais. Indica-se, neste caso, o trabalho de Medina (1980), sobre o condomínio em conjuntos habitacionais populares.

Finalmente, vale salientar outras lacunas importantes. Primeiramente, a quase inexistência, dentro da vasta literatura sobre favela, de estudos específicos sobre a problemática fun-

diária nestas áreas. A relevância do tema se expressa por ser a posse da terra a condição determinante da favela. Por outro lado, deve-se regis-

trar que, embora sejam inúmeros os trabalhos sobre a habitação no Brasil, esparsas são ainda as referências sobre a moradia na área rural.

Bibliografia

1. FAVELA

- Arquidiocese do Rio de Janeiro/Secretariado Pastoral. *Moradia do Pobre no Rio de Janeiro*. Março 1979. (Colaboração e Revisão: NEURB-PUC-RJ).
- Blank, Gilda. *Experiência em Urbanização de Favela Carioca: Brás de Pina*. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE-UF RJ, 1977.
- Blank, Gilda. "Brás de Pina: Experiência de Urbanização de Favela", in: Valladares, Lícia do Prado (org.), *Habitação em Questão*, Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1980, pp. 93-120.
- Blay, Eva Alterman. "Planejar Para Quem? Ou a Reprodução das Favelas em Cidades Paulistas", in Blay, Eva Alterman (org.), *A Luta Pelo Espaço*, Petrópolis, Vozes, 1978, pp. 170-79.
- Boschi, Renato R. & Goldschmidt, Rose Ingrid. *Populações Faveladas do Estado da Guanabara*. Edição Dados, IUPERJ, 1970.
- Boschi, Renato. *Marginalidade Urbana, Educação e Aspiração: uma contribuição à teoria de comportamento político*. Dissertação de Mestrado submetida ao IUPERJ, 1971.
- Castro, Pedro. *Favela: O Eixo atual da Questão*. s/d. mimeo.
- Castro, Pedro. *Favelas: Urbanização Removedora*. s/d. mimeo.
- Epstein, D. *Brasília, plan and reality: a study of planned and spontaneous urban settlement*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1973.
- Ferreira, Rosa Fisher. *A Favela como solução de vida*. Dissertação de Mestrado submetida à USP, 1977.
- Furtado, Lourdes Gonçalves. "O Fenômeno da Grilagem na cidade de Belém". *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, n.º 46, 1971, pp. 1-25.
- Furtado, Lourdes Gonçalves e Santana, Maria da Conceição. "Vila de Barca, Belém. Notas sobre grilagem". *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, n.º 52, 1974, pp. 1-18.
- Heye, Ana Margaret. "A Questão da Moradia numa Favela do Rio de Janeiro ou Como Ter Anthropological Blues sem sair de casa". in Velho, Gilberto (org.). *O Desafio da Cidade*. Rio, Ed. Campus, 1980, pp. 117-142.
- IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológica); FUPAM (Fundação para a Pesquisa Ambiental); CNPq (Conselho Nacional Pesquisa). "Relatório Final da 1.ª fase da Pesquisa voltada para Diretrizes Habitacionais", Caps. IV e V, São Paulo, 1979.

- Kleiman, Mauro. "Acabar com as favelas. Parques Proletários Provisórios: Uma Intervenção na Prática". *Revista Chão*, n.º 2, 1978, pp. 16-22.
- Kowarick, Lucio. *A Espolição Urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- Leeds, Anthony. "The significant variables determining the character of squatter settlements". *América Latina*, ano 12, n.º 3, jul./set. 1969, pp. 44-86.
- Leeds, Anthony & Leeds, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1978.
- Leite, Alvaro L. Pantoja. "Urbanização e Conflitos Urbanos: o caso do Recife". *Cadernos do Ceas*, n.º 49, 1977, pp. 9-30.
- Le Ven, Michel Marie. "Estudo de 6 Favelas e 4 Bairros Populares de BH". *Praxis*. Revista do Centro de Estudos Sociais. s/d.
- Machado da Silva, Luiz Antonio. "A Política na Favela". *Cadernos Brasileiros*, ano IX, n.º 41, maio/jun., 1967, pp. 35-47.
- Machado da Silva, Luiz Antonio e Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. "Les Politiques D'Intervention". *Economie et Humanisme*, 186, mar./abr., 1969, pp. 53-60.
- "Maruim: A Luta por um Lugar ao Sol". *Cadernos do CEAS*, n.º 45, 1976, pp. 37-45.
- Mattedi, Maria Raquel Mattoso. *As Invasões em Salvador: Uma Alternativa Habitacional*. Dissertação de Mestrado submetida à UFBA, 1979.
- Medina, Carlos Alberto de. *A Favela e o Demagogo*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1964.
- Medina, Carlos Alberto de. "A Favela como uma Estrutura Atomística: Elementos Descritivos e Constitutivos". *América Latina*, ano 12, n.º 3, jul./set., 1969, pp. 112-136.
- Niemeyer, Ana Maria de. "As Cercas e os Muros separam os trabalhadores entre 'iguais' e 'desiguais' numa Favela de São Paulo e uma Vila Popular planejada de Campinas". *Cadernos de Opinião*, 12, jul. 1979.
- Nunes, Guida. *Rio, Metrópole de 300 Favelas*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1976.
- "O Drama do Marotinho". *Caderno do CEAS*, n.º 45, 1976, pp. 21-36.
- Parisse, Lucien. "Favelas do Rio de Janeiro – Evolução – Sentido". *Caderno do CENPHA*, n.º 5, 1969.
- Parisse, Lucien. *Favelas de L'agglomeration do Rio de Janeiro, leur place dans le processus d'urbanisation*. Tese de Doutorado de III Ciclo, Strasbourg, Centre de Geographie Appliquée, 1970.
- Pearse, Andrew. "Quelques caracteristiques de l'urbanisation dans la ville de Rio de Janeiro", in Hauser, Philip (org.), *L'Urbanisation en Amérique Latine*. Paris, UNESCO, 1962, pp. 192-205.
- Perlman, Janice. *Government policy toward Brazilian favela dwellers*. Comunicação apresentada no 50.º Encontro Nacional da Latin American Studies Association. São Francisco, nov. 1974.
- Perlman, Janice. *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio, Paz e Terra, 1977.

- Poggiere, Héctor Atilio. *Proyecto Rio: analisis de una experiencia de planeamiento participativo*. Comunicação apresentada no XIII Congresso da Sociedad Interamericana de Planificación, Caracas, outubro, 1980.
- “Por um lugar onde morar: Subsídios para uma história da invasão e dos desabrigados em Salvador”. *Cadernos do CEAS*, n.º 37, 1975, pp. 20-34.
- Portes, Alejandro. “Política Habitacional, Pobreza Urbana e o Estado: as favelas do Rio de Janeiro, 1972-76”. *Estudos CEBRAP*, n.º 22, 1978, pp. 131-161.
- Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria de Bem-Estar Social. *Estudo Sobre o Fenômeno Favela no Município de São Paulo*. Boletim HABI/COPEP, Caderno Especial 01, out. 1974.
- Rush, Barney. *From Favela to Conjunto: the experience of squatters removed to low cost housing in Rio de Janeiro, Brasil*. Harward College, March 1974, mimeo.
- SAGMACS. “Aspectos humanos da favela carioca”. *O Estado de São Paulo*. Suplemento Especial, 13-15 abril 1960.
- Salmen, Lawrence. “A perspective on the resettlement of squatters in Brazil”. *América Latina*, ano 12, n.º 1, jan./mar. 1969, pp. 73-93.
- Salmen, Lawrence. “Housing Alternatives for the carioca working class: a comparison between favelas and casas de cômodos”. *América Latina*, ano 13, n.º 4, out./dez., 1970, pp. 51-70.
- Santos, Boaventura de Souza. “The law of the oppressed: the construction and reproduction of legality in Pasargada”. *Law and Society Review*, vol. 12, n.º 1, Fall, 1977.
- Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. “Volviendo a pensar en ‘favelas’ a causa de las periferias”. *Nueva Sociedad*, n.º 30, Mayo/Junio, 1977, pp. 22-38.
- Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. “Estarão as pranchetas mudando de rumo?”. *Revista Chão*, n.º 1, 1978, pp. 22-31.
- Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. “Como projetar de baixo para cima uma experiência em favela”. *Revista Brasileira de Administração Municipal*, vol. 27, n.º 156, jul./set. 1980, pp. 6-27.
- Silberstein, Paul. “Favela living: personal solution to larger problems”. *América Latina*, ano 12, n.º 3, jul./set. 1969, pp. 183-200.
- Taschner, Suzana Pasternak. “Favelas do Município de São Paulo: Resultados de Pesquisa”, in Blay, Eva Alterman (org.), *A Luta Pelo Espaço*. Petrópolis, Vozes, 1978, pp. 125-47.
- Valla, Victor. *Ideologia, Educação e as Favelas do Rio de Janeiro, 1886-1945*. Comunicação apresentada no X Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. Niterói, julho, 1979.
- Valla, Victor; Machado Rios, Rute; e Gonçalves, Jorge Ricardo. *Ideologia, Educação e as Favelas do Rio de Janeiro, 1930-1980*. Comunicação apresentada ao Seminário “Ideologia, Educação e Favelas do Rio de Janeiro”. Rio, nov. de 1979, FGV, Instituto de Estudos Avançados em Educação.
- Valladares, Lícia do Prado. “Favela, Política e Conjunto Residencial”. *Dados*, n.º 12, 1976, pp. 74-85.
- Valladares, Lícia do Prado. “Associações Voluntárias na Favela”. *Ciência e Cultura*, vol. 29, n.º 12, dez. 1977, pp. 1390-1403.

Valladares, Lícia do Prado. *A Propósito da Urbanização de Favelas*. Comunicação apresentada à XXXII Reunião Anual da SBPC, Rio de Janeiro, 1980.

2. A AÇÃO GOVERNAMENTAL NO CAMPO DA HABITAÇÃO

A Experiência de Amarante; a implantação de um novo programa de lotes urbanizados. Banco Nacional da Habitação; Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte; Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 1979.

Andrade, Luis Aureliano Gama de. "Política Urbana no Brasil: o paradigma, a organização e a política". *Estudos Cebrap*, n.º 18, 1976, pp. 119-48.

Attadia da Motta, Caio. *Nível de Satisfação em Conjuntos Habitacionais da Grande São Paulo*". IPT/USP, n.º 1061, 2 vols., 1975.

Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda – Recife. Banco Nacional da Habitação (Assessoria de Pesquisa); Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife; Companhia de Habitação Popular de Pernambuco e Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Departamento de Estatística). Relatório de Pesquisas, 2 vols., 1979.

Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda – Recife. Banco Nacional da Habitação (Assessoria de Pesquisa); Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife; Companhia de Habitação Popular de Pernambuco e Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Departamento de Estatística). Relatório Pesquisa (Resumo). Recife, 1979.

Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda da Área do Aglomerado Urbano de Florianópolis. Banco Nacional de Habitação (Assessoria de Pesquisa); Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul); Governo do Estado de Santa Catarina e Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab/SC). Relatório final, 3 vols., 1978.

Avaliação de Programas Habitacionais do SFH para Grupos de Baixa Renda :Região Metropolitana de Salvador. Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social; Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades do Estado da Bahia (Fundesco); Banco Nacional da Habitação (Assessoria de Pesquisa). Relatório Geral, Salvador, 3 vols., 1978.

Avaliação de Programas Habitacionais do SFH para Grupos de Baixa Renda – Região Metropolitana de Salvador. Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social; Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades do Estado da Bahia (Fundesco) e Banco Nacional de Habitação (Assessoria de Pesquisa). Relatório Síntese, Salvador, 1978.

Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda – Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Centro de Pesquisas Urbanas) e Banco Nacional da Habitação (Assessoria de Pesquisa). Relatório Final. Rio de Janeiro, 12 vols., 1979.

Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda – Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Centro de Pesquisas Urbanas) e Banco Nacional da Habitação (Assessoria de Pesquisa). Relatório de Divulgação, Rio de Janeiro, 1979.

Avaliação do Profilurb no Brasil. Banco Nacional da Habitação (Departamento de Pesquisas); Fundação João Pinheiro. Relatório Síntese, Belo Horizonte, 1980.

Azevedo, Sergio de. *A Política Habitacional para as Classes de Baixa Renda*. Dissertação de Mestrado submetida ao Iuperj, 1975.

Azevedo, Sergio de. "Política de Habitação Popular: Balanço e Perspectiva". *Dados*, n.º 22, 1979.

- Batley, Richard. *Access to Housing and Urban Services in Brazil*. Tese de Doutorado, Institute of Development Studies, Brighton, s/d.
- Batley, Richard. *The Brazilian National Housing Bank; establishment and adaptation*. University of Birmingham, Institute of Local Government Studies, DAG Occasional Paper 6, nov. 1979.
- Beltrão, Sonia Maria de A. *Estudo da Política de Habitação Provisória e Sugestão para seu planejamento: CHP de Paciência como Referência*. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 1978.
- Blay, Eva Alterman. "Habitação: a política e o habitante", in Blay, Eva Alterman (org.), *A Luta pelo Espaço*. Petrópolis, Vozes, 1978, pp. 75-86.
- Bogús, Lucia. *Vila do Encontro: a cidade chega à periferia: notas sobre as relações entre política urbana, família e reprodução da força de trabalho*. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1980.
- Bollaffi, Gabriel. "Habitação e Urbanismo: O problema e o falso problema". *Ensaio de Opinião*. 2, 1, 1975, pp. 73-83.
- Bollaffi, Gabriel. "A Casa das Ilusões Perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação". *Caderno Cebrap*, 27, 1977.
- Bollaffi, Gabriel. "Para uma Nova Política Habitacional Urbana: possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos", in Valladares, Licia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds. 1980, pp. 167-176.
- Finep-GAP (Grupo de Arquitetura e Planejamento). *A Ação Governamental no Campo da Habitação Popular*. Rio de Janeiro, 1979, 3 vols.
- Fortuna, Afonso et alii. "Valores Urbanos e Habitação Popular". *Revista de Administração Municipal* n.º 122, jan./fev., 1974, pp. 49-77.
- Gondin, Linda. *Integração Social nos Conjuntos Habitacionais da Cohab-GB*. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE-UFRJ, 1976.
- Grabois, Gisélia Pontengy. *Em Busca da Integração: a política de remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1973.
- Iuperj. *Análise comparativa de pesquisas de avaliação de programas habitacionais de baixa renda*. Rio de Janeiro, BNH/Iuperj, 1980.
- Leeds, Anthony. "Political, Economic and Social Effects of Producer and Consumer Orientations Toward Housing in Brazil and Peru: a systems analysis", in Rabinovitz, F. & Trueblood, F. (orgs.), *Latin American Urban Research*, vol. 3, Beverly Hills, Sage Publications, 1973, pp. 181-215.
- Reynolds, Clark & Carpenter, Robert. "Financiamentos à Habitação e Distribuição de Riqueza no Brasil". *Revista de Administração de Empresas*, set./out., 1977, pp. 43-62.
- Saad, Paulo Oscar. *A Comercialização de Unidades Habitacionais pelo Sistema Financeiro de Habitação e a Resposta da População (Rio de Janeiro)*. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE-UFRJ, 1980.
- Saliby, Cristina. *Análise da Implantação da Política de Habitação Provisória*. Um estudo de caso, Vila Paciência. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE-RJ, 1977.

- Serran, João Ricardo. *O IAB e a Política Habitacional*, São Paulo, Schema Ed. Ltda., 1976.
- Souza, Berenice Vasconcelos de. *O BNH e a Política do Governo*. Dissertação de Mestrado, submetida ao Departamento de Ciência Política da UFMG, 1974.
- Szubert, Eva Barbosa. "A URBIS e a habitação popular na Região Metropolitana de Salvador". *Planejamento*, vol. 5, n.º 2, abr./jun. 1977, pp. 23-44.
- Szubert, Eva Barbosa. "Política Habitacional no Brasil", in Bahia. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisa – CPE. *Habitação e Urbanismo em Salvador*, 1979, p. 27-50.
- Szubert, Eva Barbosa. "Cooperativas Habitacionais de Salvador", in Bahia – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas – CPE. *Habitação e Urbanismo em Salvador*, Salvador, 1979, pp. 51-80.
- Valladares, Licia do Prado. *Passa-se uma Casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*. Rio, Zahar Eds., 1978.
- Valladares, Licia do Prado. "Working the System: Squatter response to resettlement in Rio de Janeiro". *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 2, n.º 1, March 1978, pp. 12-25.
- Véras, Maura Pardini Bicudo. *A Vida em Conjunto: um Estudo da Política de Habitação Popular*. Dissertação de Mestrado submetida à PUC-SP, 1980.

3. PERIFERIA: LOTEAMENTOS E AUTOCONSTRUÇÃO

- Beloch, Edith Maria Gama. *Loteamento Periférico: algumas considerações sobre essa forma de moradia proletária*. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE-UFRJ, 1980.
- Bonduki, Nabil & Rolnik, Raquel. *Periferias: Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho*. São Paulo, FAU-USP, Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979.
- Bonduki, Nabil & Rolnik, Raquel. "Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho", in Maricato, H. (org.), *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1979, pp. 117-154.
- Brandão, Maria de Azevedo. "Origens da expansão periférica de Salvador". *Planejamento*, vol. 6, n.º 2, abr./jun. 1978, pp. 155-172.
- Cavalcanti, Verônica Robalinho. *Loteamentos Proletários e Autoconstrução: um estudo de caso (Rio de Janeiro)*. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE-UFRJ, 1980.
- Chinelli, Filippina. "Os Loteamentos de Periferia", in Valladares, Licia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds, 1980, pp. 49-66.
- Costa, Marta Bebianno, *Loteamentos na Periferia do Rio de Janeiro: um espaço de luta*. Dissertação de Mestrado submetida a COPPE-UFRJ, 1979.
- Jacobi, Pedro. *Auto-Construção e outras Alternativas – Reflexões sobre tendências recentes na cidade de São Paulo*. Comunicação apresentada na XXX Reunião Anual da SBPC, São Paulo, julho 1978.

Lima, Maria Helena Beozzo de. "Em Busca da Casa Própria: Autoconstrução na Periferia do Rio de Janeiro", in Valladares, Licia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds. 1980, pp. 69-88.

Maricato, Ermínia. "Auto-Construção, a arquitetura possível". Comunicação apresentada na XXVIII Reunião da SBPC, Brasília, julho 1976. Nova versão em Maricato, Ermínia (org.), *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

Maricato, Ermínia. *A Proletarização do Espaço sob a Grande Indústria: o caso de São Bernardo do Campo na região da Grande São Paulo*. Dissertação de Mestrado submetida à FAU-USP, 1977.

Sampaio, Maria Ruth. *Metropolização: Estudo da Habitação Popular Paulistana*. Tese de Doutorado submetida à FAU-USP, 1972.

Sampaio, Maria Ruth e Lemos, Carlos A. C. *Habitação Popular Paulistana: Autoconstrução*, FAU-USP, 1978.

Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. "Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiro", in Valladares, Licia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds. 1980, pp. 17-41.

São Paulo (Estado), Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento e Avaliação. *Construção de Morádias na Periferia de São Paulo: aspectos sócio-econômicos e institucionais*. São Paulo, 1979.

4. MORADIA E TRABALHO

Blay, Eva Alterman. "Dormitórios e Vilas Operárias: O Trabalhador no Espaço Urbano Brasileiro", in Valladares, Licia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds. 1980, pp. 143-53.

Goldenstein, Marlene; Zarpellan, Maria Noelia e Alves, Maria Lucia O. "Manutenção e Controle da Força de Trabalho pela Moradia". *Cadernos*, n.º 12, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, USP, 1979, pp. 142-155.

Lopes, José Sergio Leite. *O Vapor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Lopes, José Sergio Leite. "Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa", in Lopes, J. S. L. et alii, *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Pereira, Vera Maria Candido. *O Coração da Fábrica*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.

Teixeira, Amélia Rosa Sá Barreto e Ribeiro, Ana Clara. *A Habitação no Movimento Operário*. Comunicação apresentada à XXXII Reunião Anual da SBPC, Rio de Janeiro, julho 1980.

5. USO DO SOLO

Augel, Johannes. "A ocupação do Solo Urbano", in Bahia, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Pesquisas – CPE. *Habitação e Urbanismo em Salvador*. Salvador, 1979, pp. 9-26.

Biava, Adriano Henrique Rebelo. "Contribuição de Melhoria, um Tributo Esquecido". *Revista de Administração Municipal*, n.º 148, Ano XXV, 1978, pp. 6-19.

- Bolaffi, Gabriel "Para uma nova política habitacional e urbana: possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos", in Valladares, Licia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, pp. 167-176.
- Brandão, Maria de Azevedo. "O Último Dia da Criação: Mercado, Propriedade e Uso do Solo em Salvador", in Valladares, Licia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds. 1980, pp. 125-41.
- Brasileiro, Ana Maria. "O Uso do Solo Criado". *Revista de Administração Municipal*, n.º 144, Ano XXIV, 1977, pp. 7-12.
- Brasileiro, Ana Maria. "O Elitismo da Legislação Urbanística". *Revista de Administração Municipal*, n.º 147, Ano XXV, 1978, pp. 6-15. .
- Gonçalves, Marcos Flávio. "A Concessão de Direito Real de Uso". *Revista de Administração Municipal*, n.º 145, Ano XXIV, 1977, pp. 17-24.
- Guedes, J. Rildo de Medeiros. "Alteração de Loteamentos Urbanos". *Revista de Administração Municipal*, n.º 148, Ano XXV, 1978, pp. 20-31.
- Lagoa, Paulo F. Rocha. "O Regime da Propriedade Imobiliária", *Revista de Administração Municipal*, n.º 134, Ano XXIII, 1976, pp. 18-30.
- Lefevre, Rodrigo. "Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo", in Maricato, Ermínia (org.), *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, pp. 95-116.
- Meirelles, Hely Lopes. "As Restrições de Loteamento e as Leis Urbanísticas". *Revista de Administração Municipal*, n.º 125, Ano XXI, 1974, p. 5-25.
- Meirelles, Hely Lopes. "Desapropriação para Urbanização". *Revista de Administração Municipal*, n.º 127, Ano XXI, 1974, pp. 40-56.
- Pessoa, Álvaro. "Aspectos jurídicos e institucionais do uso do solo urbano". *Revista de Administração Pública*, abr./jun. 1978.
- Pessoa, Álvaro. "Direito Urbanístico e Construção Habitacional". *Revista de Administração Municipal*, n.º 147, Ano XXV, 1978, pp. 25-37.
- Ribeiro, Maria de Andrade & Debeffe, Choulls. "Poder Público Municipal e Propriedade Fundiária Urbana", in Bahia. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Pesquisas-CPE. *Habitação e Urbanismo em Salvador*. Salvador, 1978, pp. 81-220.
- Santos, Carlos Nelson F. dos & Bronstein, Olga. "Metaurbanização: o caso do Rio de Janeiro". *Revista de Administração Municipal*, n.º 149, Ano XXV, 1978, pp. 6-35.
- Singer, Paul. "O uso do solo urbano na economia capitalista", in Maricato, Ermínia (org.), *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, pp. 21-36.
- Vetter, David. "Uso do Solo e Distribuição da Renda". *Revista de Administração Municipal*, n.º 133, Ano XXII, 1975, pp. 23-35.
- Vetter, D. *The Impact on the Metropolitan System of the Interpersonal and Spatial Distribution of Real and Monetary Income: the case of Grandé Rio*. University of California, Los Angeles, Comparative Urbanization Series, 1975.

Vetter, D. & Rzezinski, Henrique Costa. "Política de Uso do Solo: Para Quem? ". *Revista de Administração Municipal*, n.º 153, Ano XXVI, 1979, pp. 6-31.

Vetter, D. & Massena, Rosa Maria Ramalho e Rodrigues, Elza Freire. "Espaço, Valor da Terra e Equidade dos Investimentos em Infra-Estrutura do Município do Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Geografia*, n.º 1/2, Ano 41, 1979, pp. 32-71.

6. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS LIGADOS À HABITAÇÃO

Gohn, Maria da Glória Marcondes. *Classes Populares, Periferia Urbana e Movimento Social Urbano: O Movimento das Sociedades de Bairro em São Paulo*. Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1979, 2 vols.

Jacobi, Pedro. "Movimentos sociais urbanos no Brasil". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.º 9, 1980, pp. 22-30.

Machado da Silva, L. A. & Ziccardi, Alicia. "Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos". *Cadernos*, n.º 13, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, USP, 1980, pp. 79-95.

Miranda, Dilmar S. *Limites e Possibilidades dos Movimentos Sociais Urbanos*. Comunicação apresentada no II Congresso Nacional de Sociólogos, Recife, 1980.

Moisés, José Álvaro. "Experiência de Mobilização Popular em São Paulo". *Contraponto*, n.º 3, 1978, pp. 69-86.

Nasser, Ana Cristina et alii. "Jardim D'Ávila: Alternativa de Participação Política Popular". São Paulo, 1978, mimeo.

Nunes, Guida. *Catumbi: rebelião de um povo traído. Um caso de especulação imobiliária*. Petrópolis, Vozes, 1978.

Nunes, José Walter; Sotero, Jorge Adriano e Rezende, Maria Lucia. "Movimento de Moradores em Brasília: análise das prefeituras nas superquadras residenciais". *Cadernos*, n.º 13, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, USP, 1980, pp. 147-164.

Nunes, Marcia Bandeira de Mello L. *Anões Contra Gigante: O Movimento da defesa da ecologia no bairro da Gávea, Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado apresentado ao PPGAS. MUSEU NACIONAL-UFRJ, 1977.

Santos, Carlos Nelson F. dos. "Três Movimentos Sociais Urbanos no Rio de Janeiro". *Religião e Sociedade*, n.º 2, 1977, pp. 29-59.

Santo Ferreira, Anna Luiza Salles. *Movimentos Populares Urbanos e Suas Formas de Organização Ligadas à Igreja*. São Paulo, relatório apresentado à FAPESP, 1978.

Singer, Paul. "Movimento de Bairro", in Singer, Paul e Brant, Vinicius Caldeira (orgs.), *São Paulo: O Povo em Movimento*. Petrópolis, Vozes/Cébrap, 1980, pp. 83-107.

7. GERAL

Berlink, Manuel Tosta. *Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1975.

Barreto, Maria Luisa Giaroli. *Habitação: Levantamento Bibliográfico Preliminar*. FAU-USP-Cadernos de Pesquisa, 1975.

- Costa, Irio B. da. *Tipos de Habitação Rural no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1978.
- Ferro, Sérgio. *A Casa Popular*. Publicação do Grêmio da FAU-USP, 1979.
- Guimarães, Dinah & Cavalcanti, Lauro. *Arquitetura Kítsch-Suburbana e rural*. Rio de Janeiro, Funarte, 1978.
- HABI-SEBES. *Diagnóstico sobre o Fenômeno dos Cortiços no Município de São Paulo*, São Paulo, 1975.
- IDEG (Instituto de Desenvolvimento da Guanabara). *A Construção Habitacional no Brasil*. BNH, CIPHAB-GB, abr. 1971.
- Kowarick, Lucio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- Lemos, Carlos A. C. *Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. 2.^a Ed., São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978.
- Maricato, Ermínia (org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1979.
- Maricato, Ermínia & Pamplona, Telmo. *A penetração dos Bens "Modernos" na Habitação Proletária*. FAU/USP, 1977.
- Medina, Carlos Alberto de. "Uma Questão que nos Interessa: O Condomínio", in Valladares, Lícia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1980, pp. 155-65.
- Oliveira, Francisco de. "A Economia Brasileira: crítica à razão dualista". *Estudos Cebrap*, n.º 2, 1972.
- Reis Filho, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 4.^a Ed., São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978.
- Romani, Carlos Manuel. "O Déficit Habitacional no Estado do Rio". *Revista de Administração Municipal*, n.º 147, Ano XXV, 1978, pp. 39-48.
- Saia, Luís. *Morada Paulista*. 2.^a Ed., São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978.
- Santos, Carlos Nelson F. dos. "Habitação e Município no Brasil", in IBAM, *Relatório das Atividades*, 1978, pp. 29-37.
- Taschner, Suzana Pasternak. *Espaço e População: Contribuição ao Estudo da Habitação e da Família no Município de Rio Claro*. Dissertação de Mestrado submetida à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1975.
- Valladares, Lícia do Prado (org.). *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1980.
- Vargas, Nilton. *Organização do Trabalho e Capital. Um estudo da construção habitacional*. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 1979.
- Velho, Gilberto. *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1973.
- Vetter, David e Massena, Rosa Maria Ramalho. "Habitação". *Relatório de Indicadores Sociais, 1979*. Rio de Janeiro, Departamento de Estudo e Indicadores Sociais/SUEGE/IBGE, 1980.